



# Anais da Assembléia

Nº 93

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 1976

ANO II

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 138ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Del Ciel, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Antônio Facci.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Aragão de Mattos Leão (44), achando-se ausentes os Srs. Deputados Adalberto Daros, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Otássio Pereira e Quielse Crisóstomo (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,  
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Não há expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 44 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 203/76, veto PARCIAL aposto ao Projeto de Lei 06/76, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a incorporação das gratificações de que tratam os itens II e III, do artigo 172, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, aos proventos dos servidores civis do Estado em futuras aposentadorias. Parecer da C.C.J., estando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade. — **Rejeitado o Projeto, mantido o veto.**

OFÍCIO 93/76

Curitiba, em 08 de junho de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício 21/76, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa., que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei 06/76, por julgar a parte vetada contrária aos interesses do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a incorporação aos proventos dos funcionários civis do Estado, em futuras aposentadorias, das gratificações previstas nos itens II e III, do art. 172 da Lei

número 6174, de 16 de novembro de 1970, tendo o veto parcial aposto indidido sobre as expressões “ressalvados os casos previstos em lei”, constantes do artigo 4º.

O não acolhimento às expressões “ressalvados os casos previstos em lei”, contidas na parte final do texto do artigo 4º, decorre do fato de que tais expressões, que resultam de emenda dessa Augusta Casa de Leis, não se harmonizam com o espírito da disposição da primeira parte do citado artigo, situação essa que, se acatada fosse, poderia ensejar interpretações que viriam prejudicar sensivelmente a boa execução da medida.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR  
Governador do Estado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para dia 19, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:  
DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 207/76.

Levanta-se a Sessão.

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 139ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lineu Turra e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Luiz Carlos Zuk, Aragão de Mattos Leão (44) achando-se ausentes os Srs. Deputados: Adalberto Daros, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Otássio Pereira e Quielse Crisóstomo (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

**REQUERIMENTO:**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. MANOEL PALMA CANO, falecimento ocorrido no último dia 15 na cidade de Alvorada do Sul.

Manoel Palma Cano, foi um dos fundadores do município de Alvorada do Sul, ali exercendo as funções de Prefeito interino e tendo sido um dos membros da Câmara de Vereadores da cidade.

Deixou o extinto inúmeros serviços prestados à comunidade alvoradense, em cujo seio sempre gozou de enorme prestígio e popularidade.

Um de seus filhos, o Sr. Antônio Palma, é hoje o Presidente da Câmara de Vereadores de Alvorada do Sul.

Requer finalmente que da decisão desta Casa seja dada ciência à família do homenageado, bem assim à augusta Câmara Municipal de Alvorada do Sul.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A participação do Brasil, nos Jogos Olímpicos, foi deveras melancólica.

Mas, talvez isso seja apenas o sintoma da falta de especialização, da falta de cuidado que o Poder Público brasileiro tem para com o esporte.

Para o futebol há verdadeira incidência de recursos, verdadeiros cuidados.

Porém, com os demais esportes, o brasileiro, via de regra, não dispõe de qualquer tratamento. Dentro da sistemática administrativa da organização, de um modo geral do Brasil, os esportes estão anexados dentro da Educação e Cultura.

Ocorre que nos países mais evoluídos, nos países mais adiantados, esse importante setor da atividade humana já teve um tratamento especial, dentro da organização pública.

Aqui no Paraná, a nova Lei de Organização Administrativa, votada por esta Assembléia, e sancionada em 19 de novembro de 1974, que reestruturou a Organização Administrativa do Estado, deixou, novamente, dentro do setor da Secretaria de Educação e Cultura, o tratamento referente às práticas esportivas.

Estamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trazendo à discussão este assunto, para sugerir um novo tratamento com referência aos esportes, sugerir à Secretaria de Planejamento, porquanto essa Lei de Organização Administrativa só pode ser alterada após três anos do seu sancionamento ocorrido em 74.

Vale dizer que se o Governo do Estado do Paraná pretender alterar sua Lei de Organização, essa deve ser fruto de um planejamento cuidadoso, fruto de um planejamento responsável.

Assim sendo, acreditamos que é hora do Governo do Estado do Paraná destinar ao esporte um tratamento especial, principalmente porque nosso Estado é constituído, na sua maioria, de uma faixa etária que não só precisa da prática esportiva, mas porque essa prática é fundamental para a formação de nossa população.

Desta forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos sugerindo à Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Paraná que efetue estudos para que seja alterada a Organização Administrativa do Estado com a desanexação da parte esportiva da Secretaria de Educação e Cultura, criando uma

Secretaria Especial do Esporte, no Paraná.

Isso visa dar o tratamento que, realmente, o esporte necessita.

Se hoje temos uma crise no futebol do Paraná, ela não é crise propriamente do esporte, mas do ambiente esportivo. Porque, só se consegue ambiente esportivo através de homens que tenham praticado esporte nas escolas, esportes com disciplina e até com conhecimento de qual seja a finalidade do esporte. Não apenas esporte recreativo, mas também com cunho cultural.

Ora, vemos que os Srs. Deputados desta Casa foram, diversas vezes, instados a destinar verbas de Assistência Social para recreações e práticas esportivas, como aconteceu com a Federação de Basquetebol que se encontra sem recursos financeiros, são recursos humanos e são recursos administrativos, porque hoje, todo tratamento no setor esportivo, é apenas um prolongamento do Departamento do Conselho de Esportes do Paraná, que está vinculado à Secretaria de Educação.

Assim sendo, só poderemos ter realmente prática esportiva que vise obter algum proveito, alguma vantagem, em representar a nossa população nos Jogos Olímpicos, ou outro qualquer setor, desde que tenhamos um Departamento especializado e isso tem que ser a nível de Secretaria.

Portanto, estou submetendo ao Plenário o seguinte requerimento: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer manifestação do Plenário para endossar o envio de sugestão à Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Paraná, a fim de elaborar estudos que permitam a alteração do artigo 11, da Lei 6636, de 29/11/74, que dispõem sobre a Organização Administrativa do Paraná, com a criação de uma Secretaria dos Esportes, tendo em vista os parcos recursos de ordem administrativa e governamental que são dedicados à prática e incentivo à atividade esportiva. Que do presente dê-se ciência à Secretaria de Educação e Cultura, bem como ao Exmo. Sr. Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1976.

**JUSTIFICATIVA:**

A importância do esporte na vida moderna, quer como meio de cultura física, quer como recreação indispensável ao cidadão, assume caráter de inadiável tratamento especializado, por parte do Poder Público. Pela atual organização administrativa do Paraná (Lei 6636, de 29/11/74), as mudanças somente serão possíveis após três anos, art. 123, o que vale dizer, após novembro de 1977, devendo portanto os estudos de planejamento administrativo, terem imediato tratamento. Basta a simples leitura do art. 28, da referida Lei, que define a Sec. da Educação e Cultura, para notar-se o total esquecimento a que está relegado o Esporte no Paraná. Carência de recursos financeiros, humanos e administrativos são uma constata a impedir e entravar o desenvolvimento esportivo de uma população em sua grande maioria na faixa etária de práticas esportivas. Somente um setor especializado de Governo, com recursos suficientes e máquina ágil, poderá corresponder as nossas necessidades esportivas. No nosso entender, tal setor, deverá ser uma Secretaria de Estado, instrumento hábil para elevar a nível de importância e prioridade pública, o que o Esporte representa para nossa população, além de desentravar a atual Sec. Educação e Cultura.”

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Novamente, e a exemplo de tantos companheiros desta

Casa, ocupo a Tribuna da Assembléia para clamar contra as injustiças que continuam se cometendo aos funcionários públicos, marginalizados como estão pelo Governo do Estado, recebendo salários de miséria, lutando com dificuldades incriveis para sobreviver. São pessoas que dedicaram sua existência em favor do Estado, na esperança da sobrevivência de suas famílias, como consequência e em função de uma melhor atenção por parte do Executivo, nas suas atividades. Muitas vezes se disse que o Governo do Estado do Paraná não paga melhor seu funcionalismo por falta de condições orçamentárias.

Ainda recentemente, figura ligada ao primeiro escalão do Governo, em entrevista pronunciada na televisão, afirmou que o Estado dispende 60 por cento de seu Orçamento com o pagamento do funcionalismo público.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, isso não é verdade. Provaremos, hoje, que a afirmação carece absolutamente de fundamento, tendo por base a prestação de contas enviada a esta Assembléia Legislativa, relativamente ao ano de 75, por S. Exa. o Sr. Governador do Estado, mensagem essa que tramita pela Assembléia Legislativa e sobre a qual, oportunamente, faremos outras considerações. Mas, o que vem ao caso, hoje, é o relacionamento, orçamentário, com o funcionalismo público do Estado do Paraná.

Em 1970, dispendeu o Governo 39,43 por cento do Orçamento estadual, com o pagamento de pessoal. Em 1971, o índice aumentou para 49,6 por cento. Em 1972 — 40,98 por cento. Em 1973 — 37,61 por cento. Em 1974 — 35,40 por cento. Em 1975, no gráfico de prestação de contas do Sr. Jayme Canet Júnior, relativamente à sua administração no ano passado, mostra o Governo do Estado do Paraná possuía uma verba orçamentária, administrável, de mais de 4 bilhões e meio de cruzeiros, ou para sermos bem exatos, 4 bilhões, 646 milhões, 813 mil, 573 cruzeiros e 88 centavos. Em despesa com seu funcionalismo, este mesmo Governo gastou 1 milhão, 375 mil 959 cruzeiros e 27 centavos. O que representa um índice de 29,61 por cento. Consequentemente, a informação prestada pelo Governo, de que dispendia 60 por cento com o funcionalismo público do Estado do Paraná carece, absolutamente, de fundamento tendo em vista a Prestação de Contas assinada pelo Governador do Estado.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Devo informar a V. Exa. que se gasta, praticamente, o dobro do que realmente se paga a título de vencimentos, a título de salário real.

V. Exa. sabe que todas as vantagens e todas as gratificações, toda uma classe de funcionários CLT, toda a vantagem a título de gratificação de produtividade e outras não correm à conta da dotação específica de despesas com o funcionalismo público, e sim à conta da verba de despesas a terceiros, assim como as gratificações, inclusive, para prestação de serviços extraordinários e outros. Se V. Exa. se detiver numa análise tranqüila e isenta verificará que a despesa com o funcionalismo ascende a mais de 52 por cento.

Queria, neste aparte, lembrar, também a V. Exa. que o montante quase equivalente ao salário real é gasto sob outros títulos.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço a informação prestada por V. Exa., entretanto, ocorre, nobre Deputado, que na Prestação de Contas apresentada pelo atual Governador do Estado, a conta de verba com pessoal onde estão caracterizadas as despesas, mesmo a conta de pagamento a terceiros, como focalizou V. Exa., estão englobadas na rubrica de pagamento com pessoal, como V. Exa. poderá testar tendo por base a Prestação de Contas do Sr. Governador do Estado. Quanto a isto não há dúvida nenhuma porque, por exemplo, se V. Exa. estivesse utilizando recursos de vencimentos para pagamento de pessoal, haveria necessidade, como bem sabe o eminente Líder da ARENA, de antecipadamente se obter desta

Casa autorização legislativa para este fim. No entanto, V. Exa. poderá, também, oportunamente com calma, verificar que esta importância que salientamos, que corresponde a 29,61 por cento do orçamento do Estado, se enquadra na verba de despesas para pagamento de pessoal.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Veja, eminente Deputado, seria o caso de fazer uma indagação.

No levantamento procedido por V. Exa. constam, por exemplo, os pagamentos de aulas suplementares, de diferentes níveis, pagas pela Secretaria de Educação. Sabemos, no momento, que ascendem a 36 ou 38 milhões de cruzeiros mensais, num total de 400 a 580 milhões de cruzeiros anuais.

Quer me parecer, eminente Deputado, desculpe, não conheço o levantamento que V. Exa. fez, e sei que esses recursos são oriundos de outra fonte e não propriamente aqueles catalogados como pagamento do funcionalismo público, porque este é do pessoal estatutário, e V. Exa. haverá, portanto, de verificar que crescerá, em muito, o índice de 29,61 por cento que o nobre Deputado acabou de divulgar.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Esse dado, Sr. Deputado, simplesmente é uma cópia autêntica do que consta na Prestação de Contas apresentada pelo Sr. Governador do Estado, em que se situa este índice de 29,61 por cento na aplicação para pagamento de pessoal do Estado do Paraná, somados a 17 por cento aproximadamente. E como não me recorde exatamente, gostaria, de, oportunamente, salientar o índice aplicado em investimentos, pois como já disse ao iniciarmos esta nossa manifestação, hoje, simplesmente, nos cingiremos à apreciação da prestação de contas apresentada pelo Governador do Estado ao funcionalismo público do Paraná.

Oportunamente iremos ocupar esta tribuna para apreciarmos outros aspectos da mensagem enviada ao Tribunal de Contas e a esta Assembléia Legislativa.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. tem sido altamente democrático e me concederá um novo aparte.

Deputado Maurício Fruet, se V. Exa. dispõe de elementos, convidaria que V. Exa. se detivesse a analisar o percentual gasto com despesas, sob a rubrica "Despesa de Terceiros". E V. Exa. tem verificado que a despesa de terceiros, praticamente, quase que a totalidade desta rubrica é feita com pagamento de pessoal, pela administração direta e indireta.

Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte de V. Exa.,

V. Exa. terá tantos apartes quantos forem necessários. Tenho em mãos apenas os dados referentes ao pagamento de pessoal. Porque Srs. Deputados, de forma alguma vêm, com sua observação, modificar o critério de nosso raciocínio, porque como bem sabe V. Exa., estas verbas aplicadas no orçamento, quando para objeto de análise ao Tribunal de Contas, são fixadas em termos de percentual referente ao orçamento.

Mesmo que houvesse uma verba de pagamento de terceiros, isto de nada modificaria o nosso raciocínio, mesmo porque somente nesta rubrica, em 1970, o Governo do Estado dispendeu 39,43 por cento do orçamento. Em 1971, 49,06 por cento. E em 1975, somente 29 por cento. Isto realmente está acontecendo.

Porque como afirmei no início da nossa manifestação, o funcionalismo público paranaense continua, infelizmente, marginalizado em termos de receptividade por parte do Governo, ao serviço prestado ao Estado do Paraná.

E gostaria, mais ainda, de salientar a defasagem que sofre o funcionalismo público estadual, com relação ao funcionalismo público federal. Já tivemos ocasião de em novembro de 1975, de focalizarmos este problema que para nós é muito sério.

Por exemplo, em 1970, o Governo Federal concedeu aos

seus subordinados, 20 por cento. O Governo Estadual nada. Recebeu o funcionário paranaense em 01 de novembro deste ano um abono de 20 por cento, mas já em fevereiro de 1971, o servidor federal recebia mais 20 por cento. E o paranaense, nada. Em 01 de fevereiro de 1972, novamente 20 por cento para o funcionário público federal e ao estadual a incorporação de abono de 1971, que nada teve de abono e mais 10 por de aumento.

Não vamos nos alongar nestes dados. Porque a defasagem é grande, de 1970 até o presente momento, tomando como base os vencimentos daquele ano, 70, para um cálculo de percentagem, temos o funcionalismo federal com um aumento de 402,55 por cento e o estadual, com apenas 338,78 por cento que vem dar um diferença de 63 por cento entre as duas categorias que são idênticas nas suas funções.

E o funcionário paranaense vegeta, Srs. Deputados, à sombra de um clichê batido, rebatido e ultrapassado — não mais recebe, porque o Governo não mais pode pagar. Mas se não pode pagar e se apenas 29 por cento com o funcionalismo é gasto, é necessário que tenhamos um posicionamento por parte do Poder Executivo, a fim de esclarecer definitivamente a sua posição com referência ao funcionário de nosso Estado. **O Sr. Deni Schwartz** — Permite-me um aparte? (Assentimento).

No País dos monetaristas, eu acho importante, continua não sendo o percentual que se paga ao funcionário e, sim, o que se paga realmente, não em percentual, mas em cruzeiros.

É impressionante que, com a tendência de formar empresas de economia mista, e, portanto, sonegar, não no mau sentido, mas mudando os percentuais do orçamento estadual, se o funcionário do Estado estivesse realmente, e espero que esteja, consumindo 60 por cento da arrecadação do Estado, não há nada de alarmar, porque hoje o Executivo só mantém funcionários praticamente.

A energia elétrica é da COPEL, empresa estatal; a água e esgoto é da SANEPAR; a própria agricultura, hoje, está com tendência a ser economia mista. Portanto, nada mais sobra ao Governo: não é ele que paga a energia elétrica, não é ele, o Executivo diretamente, que paga água e esgoto.

Na tendência moderna de administração, 100 por cento da arrecadação é para funcionários.

Hoje o Estado se resume em professores, que têm que ser funcionários; quase que 100 por cento é mão-de-obra, é pessoal de fiscalização na Fazenda, e o que mais? As obras? É a EMOPAR que não aí está, pelo menos não estará mais.

Porisso, o importante é que o funcionário realmente ganha; o que é importante é dizer que um funcionário, motorista na COPEL, deve ganhar uns 3.500 cruzeiros, e um funcionário motorista para dirigir o mesmo tipo de carro, com o mesmo tipo de carteira, com a mesma habilitação ganha 1.200 cruzeiros no Estado. Se o Estado não tem condições de pagar, é um outro problema que deve merecer de nossa parte e dos Governantes, a atenção. Talvez venha provar o que é conhecido por todos, prova que ele é do conhecimento de todos: a centralização econômica na mão do Governo Federal.

É impressionante que um funcionário, para datilografar uma carta, no Governo Federal receba por mês 4 mil cruzeiros, e, o funcionário, no Estado, para datilografar esse mesmo tipo de correspondência, receba mil cruzeiros.

Porisso o importante não são os percentuais, e, sim, o que realmente ganha, e o que o funcionário ganha é miserável. Eu repito aqui as palavras de um amigo meu, que é meio filósofo, que diz o seguinte: "É impressionante que num País onde o governo faz tudo para a empresa privada enriquecer, e vive a proclamar que tem que enriquecer seu povo, etc. etc., que o trabalhador tem que enriquecer, que está melhorando, o funcionário público que é o empregado desse Governo, esse mesmo Governo que promove através de bancos oficiais o financiamento para que outros enriqueçam, não permite que

seus funcionários ganhem bem".

Porisso, ouvi as suas palavras e reafirmo: o importante não é quanto, do orçamento, o funcionário ganhe, e, sim, se ele tem condições de sobreviver com o que ganha.

**O SR. MAURÍCIO FRUET** — Agradeço o aparte de V. Exa. e, pela análise, pelo levantamento que pudemos realizar, chegamos à triste e dolorosa conclusão: de 1969 até 1976, o funcionário público paranaense não está recebendo aumento de espécie alguma. Esta é a mais dura e cruel realidade.

O funcionário público estadual, isto sim, vem recebendo reajustes parciais, pois enquanto, por exemplo, em 1973, comprovadamente, a taxa inflacionária foi superior a 40 por cento, o funcionalismo público do Estado do Paraná recebia um ajuste parcial de apenas 15 por cento. Isto para citar, apenas, um exemplo. Não houve aumento de espécie alguma, isto sim, **reajustes parciais** que, infelizmente, marginalizaram como estão marginalizados no processo de progresso, no processo de desenvolvimento, alardeado diariamente pelas emissoras de rádio e televisão; mas, é difícil ver um funcionário público que vá para frente. As dificuldades nesta área são imensas, seus problemas são muito sérios e esperamos que esta insistência de tantos Deputados da ARENA e do Movimento Democrático Brasileiro, solicitando uma melhor posição social àqueles que prestam serviços ao Estado, que estes apelos, insistentemente formulados nesta Casa, por associações de classes, por representantes dos funcionários públicos, estes apelos sejam, afinal, atendidos por aqueles que têm como missão fundamental, dirigir os destinos deste Estado e, como consequência, necessitam da força, do trabalho, do sacrifício dos funcionários públicos no Estado do Paraná.

**O Sr. Osvaldo Macedo** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Maurício Fruet. No apelo feito por V. Exa. e na análise fiel sobre a situação do funcionalismo público do Estado do Paraná, creio que V. Exa. fala, não apenas, no seu próprio nome, mas, pode falar em nome de toda bancada do MDB, que se solidariza com o pronunciamento de V. Exa. e com a posição que V. Exa. assume, neste momento.

Creio que é tempo, já é até passado tempo, de se atender ao funcionalismo público de nosso Estado, quer do Poder Legislativo, quer o do Poder Judiciário, como também, o do Poder Executivo.

O Deputado Deni Schwartz abordou questão interessante, de que funcionários de empresas de economia mista, ou autarquias, percebem vencimentos muitas vezes superiores ao do funcionalismo público; o que estranhemos, não é que eles ganhem bem; trabalham e devem ganhar bem; mas, não se justifica que os outros, também, não ganhem o suficiente. O dinheiro é um só, o dinheiro é do Estado, é dinheiro do povo. E, nós, não podemos permitir e nem assistir que esta situação de agonia do funcionalismo público permaneça por mais tempo.

As informações, as notícias que nos chegam, são dramáticas. Sabemos, já, que se faz, até, um esforço para impedir uma debandada na Polícia Militar do Estado, porque o policial militar já não consegue continuar sobrevivendo com o que ele percebe.

Cremos e esperamos que não tenhamos necessidade de, desta tribuna, nenhum Deputado, nenhuma bancada, nenhum Partido, de formular novo apelo para que este Governo cumpra com sua obrigação e dê ao funcionário público do nosso Estado o que ele merece, o que ele carece, o que ele tem direito.

Muito obrigado.

**O SR. MAURÍCIO FRUET** — Agradeço o aparte de V. Exa. e ao mesmo tempo a honra que nos facultou, em traduzir este nosso modesto pronunciamento como se fora em nome de nossa bancada.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Nilso Sguarezi.

**O Sr. Nilso Sguarezi** — Eminentíssimo Deputado Maurício Fruet. Que

a situação é desesperadora para o funcionalismo do Estado do Paraná, a gente consegue perceber através deste poder maravilhoso que o brasileiro tem, de ironizar, de satirizar até das coisas graves.

Corre uma piada entre o funcionalismo público do Estado do Paraná, que convém ser transcrita nos Anais desta Assembléia. E a piada é mais ou menos, a seguinte:

— Diz que o Governador mandou determinar uma pesquisa no funcionalismo do Estado, através da Secretaria de Recursos Humanos, para ver como o funcionalismo estava encarando a situação do seu pagamento.

Então o Instituto encarregado da pesquisa, apresentou Relatório ao Governador. Aí o Governador ponderou ao técnico:

— Olha, eu não tenho tempo para ler tudo isso aí. Eu quero saber o que é que o funcionalismo acha da situação dele. Ele acha que está boa ou que está ruim?

Aí o técnico disse: Olha, Governador, a resposta não pode ser nestes termos. Na realidade nós chegamos à conclusão que existem duas categorias de funcionários: os pessimistas e os otimistas.

— Aí, o Governador perguntou: O que é que acham os otimistas, então?

Os otimistas estão achando, Governador, que se não houver um aumento de 100 por cento nos seus vencimentos, a partir de 77 o funcionário vai se alimentar de água e ar.

Mas, os otimistas acham isso? E o que acham os pessimistas?

Os pessimistas acham, Governador, que a partir de 77 vai faltar ar no Paraná.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Infelizmente esta é quase que uma dura verdade. Talvez falte muito pouco para que isto aconteça. E, mais uma vez, ficamos na expectativa de que o Poder Público Paranaense, o Executivo Estadual adote uma medida para minimizar o problema e para definitivamente encontrar uma solução de verdadeira justiça social àqueles que prestam serviços ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário de nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, nobre Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, requeiro minha inscrição para a data de amanhã, se for possível.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Restavam mesmo cinco minutos. Fica então transferido e concedo a palavra à liderança do MDB., Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, usarei do horário destinado à liderança do MDB, apenas por cinco minutos, devendo o restante do tempo ser ocupado pelo eminente Vice-Líder de nossa bancada, Deputado Trajano Bastos.

E trazemos, Sr. Presidente para conhecimento do Paraná e esta Casa, de uma carta dramática e grave, que recebemos de um cidadão do Rio Grande do Sul. Enviou-me ele esta carta, à liderança do MDB, nesta Casa, razão pela qual ocupamos deste horário para apresentá-la. E vou lê-la, para melhor conhecimento do Paraná.

(Lê): “— Apraz-me sumamente em dirigir-me a Vossa Senhoria e faço-o com o intuito de solicitar um auxílio e um pedido de informação.

Conforme a certidão em anexo foi roubado aqui em Três de Maio, no Rio Grande do Sul, o meu carro Volkswagen, 1300, ano 1975. Aos 20 dias do mês de janeiro de 1976, conforme auto de apreensão, este mesmo veículo foi apreendido em Dois Vizinhos, no Paraná.

A Delegacia de Três de Maio foi informada pelo Delegado de Três Passos de que meu carro estaria no município acima

citado, fato que me foi comunicado imediatamente pelo DP local. Coloquei, então, outro carro à disposição da DP de Três de Maio, tendo seguido para Dois Vizinhos dois elementos, os quais pediram ajuda do Delegado Antônio Boscardin, o qual já passara o carro adiante, tendo, como é muito natural, o mesmo mostrado total desinteresse na busca do carro, que ainda continuava no município de Dois Vizinhos. Inclusive, dois fatos devem ser acrescentados: o Delegado de Dois Vizinhos não fez nenhuma comunicação à DP de Três de Maio, e os homens da Polícia que daqui do Paraná foram, tiveram que fugir para evitar que fossem mortos.

No entanto, muito valiosa foi a ida àquele município, de vez que trouxeram, aproveitando-se de um descuido do Delegado, vários documentos, cópias dos quais estou enviando a Vossa Senhoria.

Devo acrescentar ainda que possivelmente o carro do Juiz de nossa comarca, Dr. Luiz Matias Flach, está em poder da mesma “gang”. Acresço, ainda, que feito o relatório pelo escrivão Luiz Carlos, o mesmo foi enviado pelo Dr. Luiz Matias Flach à Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, a qual por sua vez deveria remetê-lo à Secretaria de Segurança Pública do Paraná para que esta tomasse as devidas providências. Entretanto, nem o Juiz, nem o Delegado e nem eu até o momento, recebemos qualquer comunicação das Secretarias.

Sr. Deputado: é um elemento filiado ao MDB que lhe faz o pedido de ver junto à Secretaria de Segurança do Paraná sobre a tramitação ou não, de tal processo. Além de ser filiado ao Movimento Democrático Brasileiro, sou Secretário de Educação em nosso município, onde o Governo é emedebista e presidido por um grande administrador, Ceslau Sawitzki.

Talvez seja inclusive motivo para que V. Exa. solicite a abertura de um inquérito, visto que o supra mencionado Delegado visivelmente está comprometido.

Esperando a sua atenção ao meu pedido, e no aguardo de uma resposta por parte de V. Exa., aproveito o ensejo para apresentar os votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

José Mário Müller”

Realmente, este senhor, José Mário Müller, da Prefeitura Municipal de Três de Maio no Rio Grande do Sul, encaminha também um relatório elaborado pelos polícias daquela cidade, em que são apontados fatos gravíssimos, que se não evidenciam o envolvimento, pelo menos, a cumplicidade do Delegado de Polícia de Dois Vizinhos, com quadrilhas assaltantes de veículos. Haja visto que, foi encaminhada também a esta Liderança, cópia do auto de apreensão do veículo feito pelo Delegado de Polícia de Dois Vizinhos, e que dias depois, fez a liberação deste mesmo veículo, aos autores, aos possíveis autores do furto.

Eis porque, Sr. Presidente, cumprindo com a nossa obrigação, encaminhamos à Mesa, o seguinte requerimento: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, respeitosamente requer o envio dos documentos que, por fotocópias, acompanham o presente, ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, para que, deles tomando ciência da gravidade da denúncia, determine a imediata abertura de inquérito para apurar a responsabilidade do Senhor Delegado de Polícia de Dois Vizinhos, pelos fatos ali relatados.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1976”.

Era o que tínhamos a relatar, Sr. Presidente, e o restante do horário destinado à liderança do MDB, será agora ocupado pelo ilustre Sr. Deputado Trajano Bastos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Logo no início deste ano, no final do mês de março, se não me engano, a opinião pública deste Estado foi surpreendida com uma denúncia feita por S. Exa. o Governador do Estado do Paraná, Sr. Jayme Canet Júnior, em entrevista coletiva dada à imprensa deste Estado, na qual S. Exa. afirma categoricamente, que a imprensa deste Estado vinha sendo subvencionada. Posteriormente, por iniciativa do Deputado Deni Schwartz, e com anuência de vários ilustres Deputados desta Casa, foi proposta uma CPI, para averiguação destes fatos.

Infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao ser instaurada esta CPI, nos parece que o destino já lhe havia reservado uma existência cheia de tumultos. Portanto, começava mal, e continuou mal, a CPI da Imprensa, e vou dizer aos Senhores, porque entendo que começou mal esta CPI. O primeiro ato que nos trouxe estranheza, foi a quebra das normas parlamentares seguidas e usadas na Câmara dos Deputados, quando, nessas Comissões, a praxe é que sejam os cargos de Presidente, ou de Relator dados às bancadas que se fazem representar nessas comissões.

Muito bem!

Não tivemos a oportunidade de receber nem o cargo de Presidente, nem o de Relator, porque, os membros do Movimento Democrático Brasileiro que compõem aquela Comissão estão em minoria.

Outro fato que nos causou estranheza, mais tarde, foi a proposição de um roteiro, em cuja oportunidade nos manifestamos, contrariamente, dentro da Comissão. Porque, entendemos que o roteiro procurava cercear a ação dessa Comissão.

Mas não ficou só aí.

Hoje, fomos surpreendidos, naquela Comissão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com um requerimento da lavra do Deputado Basílio Zanusso, ilustre membro da CPI, no qual S. Exa. requereu a desconvocação de testemunhas já arroladas, cujas convocações foram aprovadas por aquela Comissão.

Atitude, Srs. Deputados, que nos causou estranheza.

Estranheza que já tivemos oportunidade de deixar clara na reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, da manhã de hoje.

Estranheza, porque das testemunhas arroladas e não ouvidas, e que são três, dentre as quais a pessoa do ex-Governador Paulo Cruz Pimentel.

Isso nos leva a antever e até prever, que o expediente usado pelo ilustre Deputado já citado, seria de não permitir a presença do Sr. Paulo Cruz Pimentel, na Comissão Parlamentar de Inquérito. Fato que não podemos aceitar porque entendemos que o depoimento desse cidadão, bem como do Sr. Martinez, se afiguram como os de maior importância para nossa Comissão, para esclarecimento de fatos que ainda não estão elucidados.

E perguntamos: por que teria o Governo do Estado do Paraná interesse ou temor em ouvir as possíveis declarações do Sr. Paulo Cruz Pimentel na CPI da Imprensa?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quer nos parecer que a aceitação, pela Presidência da CPI, desse requerimento, fere dispositivo regimental.

Levantamos uma Questão de Ordem durante a reunião de hoje. Questão de Ordem que não foi acatada pela Presidência.

Diz o nosso Regimento Interno, no seu Art. 65, que trata das Comissões de Inquérito. No seu parágrafo 2º diz: "para melhor averiguação de determinados fatos, poderão também as Comissões de Inquérito tomar depoimentos de testemunhas e requisitar do Secretário do Interior e Justiça e do Chefe de Polícia, exames, buscas e apreensões, observando-se, no que forem aplicáveis, as regras do processo penal". Em se tratando de testemunhas já arroladas, já convocadas, quer nos parecer que a Presidência não poderia aceitar requerimento nesses termos, porque o Código de Processo Penal, no seu artigo 404, diz o

seguinte: "as partes poderão desistir do depoimento de qualquer das testemunhas arroladas ou deixar de arrolá-las, se considerar suficientes as provas que possam, etc...."

Tenho para mim que o recebimento desse requerimento é passível de mandado de segurança, porque só poderia desistir das testemunhas já arroladas, aquele que propôs a convocação e quem convocou foi o Deputado Deni Schwartz.

Diante dessa atitude, parece-me que resta aos Deputados do MDB que compõem aquela Comissão, somente duas alternativas, que proporei amanhã na reunião da nossa bancada. Uma delas será a retirada dos membros do MDB daquela Comissão, por não termos condições de averiguar os fatos. E a segunda, impetramos mandado de segurança contra o recebimento e aprovação desse requerimento que, nos parece, fere dispositivo do nosso Regimento e fere dispositivo do Código de Processo Penal.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). A Mesa comunica que está esgotado o tempo destinado à Liderança do MDB e lhe concede mais 2 minutos para o término de sua oração.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço, Sr. Presidente.

O Sr. Osvaldo Macedo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para esclarecer que no Processo Penal, para haver desistência de testemunhas já arroladas, é preciso que haja concordância da outra parte. Quem arrola testemunha não pode, ao seu livre arbítrio, dela desistir, sem que a outra parte concorde com a desistência. Portanto, esse ato me parece de extrema violência e manifesta prepotência e, legalmente, é nulo. Creio que, se conhecer e examinar a legislação, haverá essa Comissão, para manutenção de sua soberania, de considerar como nenhuma, essa decisão. Se não o fizer, creio que será de toda procedência, a medida ora sugerida por V. Exa.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço o aparte e concluirei.

Sr. Presidente. Então, Srs. Deputados, são atitudes que nos levam a pensar mais longe ainda. Porque no roteiro aprovado na CPI, no seu artigo 4º, diz o seguinte: "A Comissão que se achar satisfatoriamente informada, poderá dispensar a tomada de depoimento relacionada com assuntos por ela considerados esclarecidos". Pela argumentação do requerimento, tenho quase certeza que após esse, virão outros, dizendo-se a maioria daquela Comissão informada e, portanto, haverá dispensa definitiva do depoimento de qualquer que seja a pessoa arrolada, ou possivelmente convocadas para depor naquela Comissão.

Fica aqui, portanto, Srs. Deputados, o nosso voto de protesto e se trazemos este assunto a Plenário, é para que toda a Casa tome conhecimento do que houve na CPI de Imprensa nesta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao líder da ARENA, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente devo contestar, quando se afirmou que na instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito que pretende investigar as despesas efetuadas pelo Governo do Estado, administração direta e indireta, na divulgação e publicidade, não houve a quebra de uma norma neste Poder.

Verifico, Sr. Presidente, que, com exceção de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, todas as demais criadas e instaladas por este Poder tiveram a presidi-la e designado seu Relator, homens da bancada majoritária deste Poder.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já que o assunto foi trazido para o conhecimento do Plenário e o Sr. Deputado focalizou específica e praticamente o contido no item 2º do requerimento apresentado na Comissão pelo eminente Deputado Basílio Zanusso, para que os Srs. Deputados possam melhor analisá-lo farei, desta tribuna, a sua leitura para que conste dos Anais desta sessão.



O requerimento é o seguinte:

“Considerando que todos os depoimentos que vêm sendo prestados nesta CPI, têm girado praticamente em torno de idênticas perguntas, respostas e esclarecimentos comumente coincidentes;

Considerando que chegada a esta Comissão a documentação solicitada ao Governo, a respeito das despesas e gastos feitos com divulgação e publicidade;

Considerando ter sido determinado por essa Presidência, que referido documento ficasse com o Sr. Secretário desta Comissão para consulta e manuseio dos Srs. Deputados;

Considerando que a leitura e estudo dessa documentação poderão ensinar, aos integrantes desta Comissão, perguntas mais concretas e objetivas aos depoentes,

#### REQUER

1 — Seja determinada, com a máxima urgência possível, a entrega de xerox de todos os documentos recebidos do Governo a cada um dos membros desta Comissão;

2 — A desconvocação das testemunhas ainda não ouvidas, para que, após o exame minucioso dos documentos recebidos, sejam as mesmas convocadas a fim de dissiparem eventuais dúvidas;

3 — Designar o dia 15 de setembro próximo para nova reunião ordinária desta Comissão, para o fim específico de serem apreciados, em conjunto, os documentos recebidos por esta Comissão.

Considerando que as Comissões deliberam por maioria de votos, com a presença da maioria absoluta de seus membros, solicita seja o presente requerimento submetido à discussão e votação nesta Comissão”

Este o requerimento do Deputado Basílio Zanusso. Não bastassem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as argumentações pelo eminente Deputado aqui invocadas, convém que lembremos ao ilustrado Plenário que o roteiro e normas dos trabalhos da CPI da imprensa, no seu item 4º lido pelo eminente Deputado Trajano Bastos, confere à maioria dos Srs. Deputados, membros daquela CPI, autoridade para adotarem soluções idênticas a que hoje foi adotada.

No item 4º consta que: “A Comissão assim que se achar satisfatoriamente informada, poderá dispensar a tomada de depoimentos relacionada com assuntos por ela considerados esclarecidos”.

Não quer significar que o adiamento da tomada de depoimentos, das pessoas já arroladas e convidadas, signifique a pretensão de não mais convocar aqueles empresários. Será esta uma deliberação que nós haveremos de adotar oportunamente depois de analisados os documentos, já em mãos da Comissão, e que deverão, depois de devidamente xerocados, estar em mãos dos Deputados membros da Comissão.

O Sr. Dácio Leonel — Sr. Deputado, permite-me um aparte? (assentimento)

Gostaria de aproveitar este aparte, apenas por ter V. Exa. feito alusão ao Artigo 4º do ROTEIRO E NORMAS dos trabalhos da CPI. Isto porque, Sr. Deputado, houve, acredito, um ligeiro equívoco ao se tentar situar um problema da desistência de uma testemunha ou da sua desconvocação com referência ao que estabelece a Lei Penal.

É preciso que se observe que ali, o advogado apresenta a sua testemunha e ele poderá dela desistir. Na Comissão Parlamentar de Inquérito, a testemunha não é daquele que solicita. Tanto é verdade que não basta a simples indicação, mas a Comissão, como aconteceu inclusive, na convocação daqueles que deveriam comparecer, a Comissão é que decide a favor ou não da convocação. Como consequência, a convocação é da Comissão. E tanto isto é verdade, que somente a Comissão é que pode desistir da presença ou não de uma testemunha. E isto, note-se, e V. Exa. já observou, está no próprio Roteiro e Normas de Trabalho da CPI, no Artigo 4º em que diz: QUE A COMISSÃO,

assim que se achar satisfatoriamente informada, poderá dispensar a tomada de depoimentos. A comissão é que pode dispensar, não apenas aquele que tenha pedido a presença de uma das testemunhas.

Era apenas o esclarecimento, aproveitando a forma como V. Exa. está expondo o problema nesta tarde, porque na verdade, nós entendemos e inclusive quando o Sr. Deputado Trajano Bastos levantou uma questão de Ordem dizendo que não fora acatado, S. Exa. o fez com base no Artigo 5º, Parágrafo 2º da Lei 1579, que estabelece apenas de que a incumbência da Comissão Parlamentar de Inquérito termina com a Sessão Legislativa em que tiver sido outorgada, salvo deliberação da respectiva Câmara, prorrogando-a dentro da Legislatura em curso.

E nós sentimos que este parágrafo do Artigo 5º, não tem absolutamente nada a ver com o problema que se discutia naquela reunião.

Era apenas o adendo que eu daria, por enquanto, no pronunciamento de V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço a V. Exa. o esclarecimento que melhor situa a nossa bancada, componente daquela CPI. E diria que nós estamos dispostos a referendar requerimento, solicitando, requerendo prorrogação de mais 60 dias para que a CPI da Imprensa tenha tempo suficiente para melhor informar-se, para esclarecer dúvidas que ainda possam pairar sobre o comportamento governamental no gasto de dinheiros públicos, como pagamento de órgãos de imprensa.

Mas por outro lado, devo significar que, da análise que os Srs. Deputados farão dos documentos que o Poder Executivo já encaminhou a esta Casa, poder-se-á facilmente observar que as despesas efetuadas pelo Governo do Estado — administração direta e indireta — com a divulgação e publicidade, corresponderam às especificações orçamentárias e os objetivos da administração foram realmente atendidos.

O que se pretende ainda apurar é: se está ou não havendo discriminação de qualquer natureza com a distribuição da matéria aos órgãos de imprensa. E eu me confesso — não só atendendo o que dispõe o item 4º do roteiro — mas me confesso já cansativamente informado, porquanto estamos a repisar perguntas e a ouvir a mesma resposta, com o mesmo sentido.

Mas não há a pretensão de solapar de qualquer dos ilustres membros da Comissão de Inquérito, nem o interesse de se esconder, de se sobrestar, qualquer informação. O que há é o desejo de que melhor se possa analisar os documentos e, havendo necessidade de cotejar os dados recebidos, que se faça a inquirição com base nos dados que, agora, passamos a... O Sr. Osvaldo Macedo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Ivo Thomazoni, permita-me V. Exa. fazer dois reparos ou duas observações às análises feitas por V. Exa.: primeiramente, disse V. Exa. que não houve quebra de praxe parlamentar, porque a praxe parlamentar nesta Casa é de que a maioria é sempre maioria; de que, com exceção de uma comissão, a maioria, que é o seu Partido, a ARENA, sempre indicou presidentes e relatores das CPIs.

Ocorre Sr. Deputado Líder, que, quando se fala de praxe parlamentar, não se fala apenas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mas praxe parlamentar do Congresso Nacional, praxe parlamentar em todos os Estados deste País.

Talvez, e V. Exa. comprove, quem tenha quebrado essa praxe tenha sido justamente a bancada de V. Exa. que tem sido majoritária nesta Casa.

No Rio Grande do Sul, o MDB é maioria, e obedece uma praxe parlamentar, tanto que, invariavelmente, membros da bancada minoritária, que é a ARENA no Rio Grande do Sul, ou exerce nas CPIs ou nas Comissões especiais, ou o cargo de presidente ou o cargo de relator.

Também assim na Câmara Federal, onde o MDB é maioria, e o seu Partido, com a grandeza tem lá cumprido a praxe

parlamentar de destinar ao Partido da Minoria, ou à minoria parlamentar, ou a Presidência, ou o cargo de relator, eis que o Poder Legislativo não pertence a um partido só, não pertence a uma bancada só.

As minorias têm que ter também os seus direitos resguardados e garantidos, da mesma forma que deve ter o funcionalismo das CPIs. V. Exa. justificou a desconvocação de testemunhas já convocadas, lembrando que seria feita a análise de documentos enviados pelo Governo, e que essa análise poderia prescindir do depoimento dessas testemunhas convocadas.

O que me surpreende é que parece que está havendo já um julgamento apriorístico.

Por que a desconvocação para uma possível convocação posteriormente?

Por que não?

Por que se ouve uns e não se ouve outros?

Por que? Os depoimentos desses outros poderiam ser perigosos ao Governo?

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa comunica ao nobre Líder que está esgotado o tempo que era reservado ao Líder da ARENA e concede mais dois minutos, para conclusão de suas palavras.

O Sr. Osvaldo Macedo — Concluindo, concluirei chamando a atenção para o bom senso, para que os trabalhos desta CPI cheguem a bom termo e possa a verdade ser alcançada, porque se as perguntas estão sendo repetitivas, ou se V. Exa. já se satisfaz, outros membros, certamente, ainda não estão satisfeitos e gostariam de repetir as mesmas perguntas a outras testemunhas.

O SR. IVO THOMAZONI — Inicialmente, devo lembrar ao eminente Deputado Líder, que o Deputado Trajano usou a expressão “norma” e, não a expressão “praxe”.

V. Exa., ao invocar exemplos da democrática bancada majoritária do MDB do Rio Grande do Sul, esquece que aquela democrática bancada do MDB do Rio Grande do Sul, não confere à bancada minoritária da ARENA, sequer um cargo na Mesa, daquele Poder Legislativo. Eu verifiquei que, há longos anos, esta praxe vem sendo adotada no Rio Grande do Sul.

Então, veja V. Exa., que nem por isso, ela é mais democrática, por ser majoritária, do que mais democrática é a bancada da ARENA aqui, em que sempre acordos de cavalheiros forem feitos, mantidos, respeitados e, há longos anos.

Quanto à dúvida que se levanta, de se pretender usar o instituto de mandado de segurança, com base no Código Penal, ocorre que na nossa CPI, segundo consta, não existe até agora, que eu saiba, nem autor nem réu. Será um problema que havemos de discutir à luz da lei que orienta a atividade das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 70/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 12/76, mensagem 154/75, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Campina da Lagoa, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam o Grupo Escolar Roberto Brzezinski e a Unidade Sanitária, do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **APROVADO.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 71/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 16/76, mensagem 154/75, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração com o Município de Corbélia, objetivando execução de reparos em prédios onde funciona o Grupo Escolar José Bonifácio e o Posto de Saúde daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 72/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 27/76, mensagem 154/75 do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Loanda, objetivando execução de reparos em prédios onde funciona o Grupo Escolar Paraná e a Unidade Sanitária, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 73/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 35/76, mensagem 154/75 do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração com o Município de Ponta Grossa, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar General Osório, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 74/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 41/76, mensagem 154/75, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração com o Município de Rancho Alegre, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam o Grupo Escolar e o Ginásio Estadual, no referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 36/76, de autoria do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que declara de utilidade pública o Centro Social Nossa Senhora da Guia, com sede no município de Cerro Azul. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 44/76, de autoria do Deputado Enéas Faria, que assegura gratuidade aos filhos de ex-Combatentes Civis e Militares, nos estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 69/76, de autoria do Deputado Deni Schwartz, que declara de utilidade pública a União Beltronense dos Estudantes de 1º e 2º Graus, com sede na cidade de Francisco Beltrão. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 70/76, de autoria do Deputado Leopoldo Jacomel, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Estadual de 1º Grau Mathias Jacomel, com sede em Vargem Grande, Distrito de Pinhais, no Município de Piraquara. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 75/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 55/76, mensagem 159/75, do Poder Executivo, que aprova o Termo de



Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, com o Município de São Pedro do Paraná, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 75/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 13 de novembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, com o Município de São Pedro do Paraná, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO 55/76

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado em 13 de novembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, com o Município de São Pedro do Paraná, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido Município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado, a celebração de convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do Município referido.

Isto exposto, nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 77/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 114/76, mensagem 35/76, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Corbélia, objetivando execução de melhorias nos prédios do Ginásio Estadual “Amâncio Moro” e o Grupo Escolar “Duque de Caxias” da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 77/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 16 de fevereiro de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior com o Município de Corbélia, objetivando a execução de melhorias nos prédios do Ginásio Estadual “Amâncio Moro”, e o Grupo Escolar “Duque de Caxias”, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO 114/76

A presente Proposição 114/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o termo de Convênio celebrado em 16 de fevereiro de 1976, pelo Governo do Estado,

através da Secretaria do Interior com o Município de Corbélia, objetivando a execução de melhorias nos prédios do Ginásio Estadual “Amâncio Moro” e Grupo Escolar “Duque de Caxias” da sede do referido Município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado, a celebração de convênios.

Quanto ao mérito, temos o citado convênio em atendimento aos interesses públicos, do Estado e do Município referido.

Isto exposto, nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 78/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 170/76, mensagem 30/76, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Cianorte, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO 78/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Cianorte, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO 170/76

O Poder Executivo, através da mensagem 30/76, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, os Termos de Convênios celebrados pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com os Municípios de Cianorte, Guaraniáçu, e Indianópolis. Trata-se, em verdade, de aditivos a convênios anteriormente celebrados.

Com o Município de Cianorte, adita-se o convênio firmado em 04/02/75, protocolado sob o número 5.265/73-DEDE. Objetiva-se a construção de prédio a ser destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia, na sede do aludido Município. O aditamento refere-se cronograma de pagamentos e prorrogação de prazos para a entrega da obra.

Com o Município de Guaraniáçu, o convênio firmado em 28/12/73, protocolado sob o número 3.427/73-DEDE, objetiva da mesma forma, a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia em sua sede. O Termo Aditivo acresce a quantia originalmente estabelecida, estabelece reajuste de parcelas de pagamento. Todavia, não estabelece prazos para a execução da obra, embora o aditamento tenha sido firmado em data de 28 de janeiro do corrente ano.

Com o Município de Indianópolis, há adição do convênio celebrado em 08/03/74, protocolado sob o número 6.474/73-DEDE, visando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia, em sua sede. O aditivo estabelece reajuste de quantia, novo esquema de pagamento, embora não faça alusão a prorrogação do prazo para entrega da obra.

O dispositivo constitucional preceitua que é de competên-

cia do Senhor Governador do Estado a celebração de convênios, ad referendo deste Poder Legislativo.

Face ao exposto, e ao contido no processo, somos do parecer QUE:

1. — Seja desdobrado o presente processo, para tramitação individual;

2. — Com relação ao Termo Aditivo de Convênio com o Município de Cianorte, seja o mesmo aprovado nos termos do projeto de resolução anexo;

3. — Com relação aos aditamentos de convênio com os Municípios de GUARANIAÇU e INDIANÓPOLIS, seja deferida solicitação de informação ao Executivo, anexando detalhes quanto aos prazos de conclusão e entrega das obras.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 80/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 04/76, mensagem 154/75, do Poder Executivo, através da Secretaria da Administração com o Município de Alto Paraná, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 80/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Alto Paraná, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 04/76

Acompanhado de mensagem governamental 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Alto Paraná, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 81/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Promoção Integral e Comunitária de Capanema, — cidade de Capanema. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 81/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INTEGRAL E COMUNITÁRIA DE CAPANEMA, com sede naquela cidade.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Promoção Integral e Comunitária de Capanema (APICOLA) tem por objetivos a promoção do bem estar social na região em que é sediada.

Disseminando a cultura e a educação, através de cursos, conferências, comemoração e sessões cívicas, propiciando melhores condições de vida ao homem do campo e da cidade, no que se refere à educação e à cultura, à assistência e orientação na defesa e proteção da saúde, através de implantação de núcleos assistenciais à saúde, para divulgar a medicina preventiva.

Nobres pares, uma entidade que, sem fins lucrativos se propõe a tais objetivos, sem dúvida alguma, merece nossa integral solidariedade, razão pela qual, rogo vosso apoio ao presente Plano de Lei.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI 81/76

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, objetiva declarar de utilidade pública a Associação de Promoção Integral e Comunitária de Capanema.

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, se encontra perfeitamente enquadrada nas Leis Federal e Estadual, que disciplinam a matéria.

Em assim sendo, não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional, que possa obstar sua livre tramitação nesta Casa de Leis, e nosso parecer é pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Palma Cano, ocorrido na cidade de Alvorada do Sul. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente à Secretaria de Planejamento do Governo do Estado, em forma de sugestão, a fim de elaborar estudos que permitam a alteração do artigo 11 da Lei 6636, de 29/11/74, que dispõem sobre a Organização Administrativa do Paraná, com a criação de uma Secretaria dos Esportes. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, lido da tribuna, solicitando o envio de documentos ao Sr. Secretário de Segurança Pública, para que, deles tomando conhecimento e diante da gravidade da denúncia, determine a imediata abertura de inquérito para apurar a responsabilidade do Sr. Delegado de Polícia de Dois Vizinhos. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Para encaminhar a votação tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, conheço o Escrivão de Polícia Antonio Boscardin, atualmente exercendo as funções de Delegado de Polícia no Município de Dois Vizinhos. Devo adiantar minha posição quanto ao requerimento do eminente Deputado Osvaldo Macedo. Votarei favoravelmente ao seu requerimento. Mas, não poderia deixar, Sr. Presidente, de dizer que conheço o episódio e que foi exatamente o Sr. Delegado

Antonio Boscardin que denunciou à Secretaria de Segurança Pública o comportamento de um policial militar que, destacado em Dois Vizinhos, mancomunou-se com elementos que naquela região roubavam carros e revendiam-nos naquela e outras regiões do Estado e do País.

Das denúncias formuladas pelo Delegado Boscardin, determinou o Secretário a prisão do policial militar, do PM, e posteriormente foi o mesmo expulso das fileiras da Polícia Militar do Estado do Paraná.

É por isso, Sr. Presidente, que, com toda a tranquilidade apoio o requerimento do eminente Líder Osvaldo Macedo, pretendendo com isso que a Secretaria de Segurança Pública encaminhe a este Poder, detalhadamente, um relatório das atividades daquela Delegacia de Polícia, constando, naturalmente, a atuação do Sr. Delegado de Polícia neste caso, em particular, e noutros também da mesma área, relacionado com a atividade de alguns brasileiros do Rio Grande do Sul que, vindos ao Paraná, usavam de roubar e revender carros.

Era o que cabia dizer em defesa preliminar do comportamento do homem que conheço, Antônio Boscardin.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 71/76, 72/76, 73/76, 74/76 e de Lei 36/76, 44/76, 69/76 e 70/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 75/76, 77/76, 78/76, 80/76 e 81/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei 174/75, 38/76, 52/76 e 72/76.

marcando ainda, uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 20, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução 64/76, 66/76 e 106/76.

Levanta-se a Sessão.